



Eixo temático 2: O Professor, a Docência e as suas Práticas Pedagógicas no contexto das TDIC

TÍTULO DO TRABALHO – O PROFESSOR DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

TÍTULO EM INGLÊS – THE MULTIFUNCTIONAL RESOURCE ROOM TEACHER AND SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE - AEE

Eliane Maria dos Santos Lima

(Secretaria de Educação de Pombos - PE – educacaopombos@hotmail.com)

Resumo:

O artigo aborda a relevância na atualidade do professor especialista frente a sua atuação nas Salas de Recursos Multifuncionais mediante a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Pombos, PE. Visa fornecer informações indispensáveis aos professores do ensino regular com o intuito de promoção a formação continuada diante do processo de inclusão. Baseado em estudos práticos e teóricos sobre inclusão e AEE. O artigo apresenta uma metodologia que inclui revisão bibliográfica e uma abordagem qualitativa diante do processo de inclusão de estudantes com deficiência. Destacando a importância da atuação destes profissionais das Salas de Recursos multiprofissionais atualmente, e mantendo uma ponte com o período pandêmico da COVID-19, época de extrema relevância para a Educação Inclusiva do nosso município, pois as TIC fortaleceram os elos que temos hoje entre estudante e professores. Assim, os resultados revelam a importância desses profissionais frente a Educação Inclusiva de alunos com deficiência, oferecendo suporte tanto dentro quanto fora da escola.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado, Professor, Especialista.

Abstract:

The article addresses the current relevance of the specialist teacher in relation to his work in Multifunctional Resource Rooms through the provision of Specialized Educational Assistance (AEE) in Pombos, PE. It aims to provide essential information to regular education teachers with the aim of promoting continued training in the inclusion process. Based on practical and theoretical studies on inclusion and AEE. The article presents a methodology that includes a literature review and a qualitative approach to the process of inclusion of students with disabilities. Highlighting the importance of the work of these professionals from the Multidisciplinary Resource Rooms today, and maintaining a bridge with the COVID-19 pandemic period, a time of extreme relevance for Inclusive Education in our municipality, as ICT has strengthened the links we have today between students and teachers. Thus, the results reveal the importance of these professionals in the Inclusive Education of students with disabilities, offering support both inside and outside the school.

Keywords: Specialized Educational Service, Teacher, Specialist.

1. Introdução

Refletir sobre o processo de inclusão de Pessoas com Deficiência - PcD deve ser algo constante no âmbito educacional. Essa ação permite conhecer, discutir e questionar teorias referentes aos pressupostos educacionais do processo de inclusão por meio do contato com a teoria e sua



articulação com a prática, podemos compreender os avanços e os desafios encontrados pelos profissionais do Atendimento Educacional Especializado-AEE nas redes públicas de ensino, bem como repensar os preconceitos enfrentados pelos alunos com deficiência ao longo da história. De início, já podemos entender que as barreiras enfrentadas por esse público para que pudessem participar do espaço escolar, assim como os demais, não foram fáceis. Historicamente, a literatura nos remete a episódios de cenas da Idade Antiga em que, em função das condições e dos valores sociais da época, os PcD eram eliminados sendo jogados de penhascos (Esparta e Atenas). Na Idade Média, muitos foram submetidos à Inquisição, sendo condenados à purificação do corpo por meio do fogo. Paralelamente a essas ações, ocorreram outras baseadas no assistencialismo.

Na Antiguidade, houve uma grande mistura entre prática medicinal e religiosa com relação ao atendimento dos PcD, ao passo que hospitais eram confundidos com santuários com o intuito de difundir as práticas religiosas sobre essas pessoas hospitalizadas. Nesse período, emergiram os primeiros abrigos assistencialistas que funcionavam como um depósito para esse grupo, onde permaneciam largados a sua própria sorte. No Renascimento, especialmente entre os séculos XV e XVII, houve mudanças significativas nos campos medicinal e humanista, sendo efetivados os primeiros passos no atendimento das pessoas com deficiência. Mas, mesmo diante de tantas mudanças, esse período não transpôs a barreira do preconceito e, em diversos momentos, essas pessoas continuavam sendo vistas como criaturas não humanas. Do período indígena à institucionalização do Brasil-Colônia o processo de inclusão das PcD foi baseado nos mais diversos tipos de preconceitos e, na maior parte da história, isso se deu de um modo assistencialista, onde não havia preocupação com o desenvolvimento dessas pessoas, mas apenas um “cuidado”. Essa prática também acontecia nas tribos indígenas. Figueira (2008)

descreve fatos comuns da cultura de alguns povos indígenas que habitaram, no século XIV, no território que viria a ser o Brasil. Os relatos históricos atestam condutas, práticas e costumes de eliminação ou prática do infanticídio de crianças que nascessem com alguma deficiência ou daquelas que viessem a adquirir algum tipo de limitação física ou sensorial. O ato era praticado em rituais de sacrifício com o objetivo de conservar as tradições de seus antepassados. Outra forma muito utilizada pelas tribos indígenas era o abandono dos recém-nascidos nas matas, ou atirá-los das montanhas mais altas. (PEREIRA; SARAIVA; apud FIGUEIREDO, 2008, p.11).

No século XIX, emergem várias instituições de apoio às PcD, mas com um cunho ainda assistencialista, onde buscam apoiar aqueles menos desfavorecidos, cria-se o Asilo dos Inválidos da Pátria, que buscava apoiar os mutilados de guerra. Adentramos ao século XX com avanços significativos na medicina e uma preocupação mais voltada ao ser humano dessas pessoas, nascendo nesse período os hospitais-escolas como o tão importante hospital das Clínicas de São Paulo, fundado em 19 de abril de 1944, marcando essa trajetória positivamente e trazendo novos marcos ao campo da habilitação e reabilitação. Mas, permaneceu a associação de deficiência à doença, e esse tratamento deveria ser realizado fora do convívio social, realidade que só veio ser repensada com o advento do século XXI.



Assim, ao nos depararmos reflexivos diante da trajetória da Educação Inclusiva percebemos que, ela traz consigo inúmeras marcas de lutas positivas e negativas, e uma busca constante pela garantia de uma Educação equitativa e de qualidade para todos. Porém é notório o peso que esse processo ainda impõe atualmente a educação como um todo, por ainda nos depararmos com uma segregação que durante anos estigmatizou os alunos com deficiência.

Mesmo após décadas de lutas por garantias de uma educação para todos, atualmente ainda são inúmeras as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais especiais no acesso à escolarização. Estudos evidenciam que algumas propostas educacionais, ainda em vigor em pleno século XXI, não garantem de forma alguma acesso adequado a todos. É certo que a escola busca promover um ensino que viabilize e amplie o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e físico dos alunos. No entanto, a proposta muitas vezes segue padrões delimitados por contextos sociais específicos, diretrizes nacionais, regionais e locais, as quais acabam por prejudicarem muitos alunos, principalmente pela ausência de uma adequação curricular que abranja ao nível de desempenho de cada um, seja ele cognitivo, socioafetivo, físico, étnico, cultural ou linguístico.

Seguindo esse raciocínio, dentro do viés de uma educação para todos que de fato contemple de uma forma equitativa toda a neurodiversidade que reina em sala de aula, o Ministério da Educação – MEC frente ao programa de Educação Inclusiva efetivou o Atendimento Educacional Especializado – AEE, com o objetivo de complementar e suplementar as habilidades extracurriculares dos estudantes público alvo da Educação Especial de modo a transversalizá-las ao ensino regular, possibilitando aos estudantes com deficiência uma interação plena com os diversos espaços educacionais e sociais. Tais diretrizes defendem que, todos aprendam, mas, em ritmos diferentes. Assim sendo, esse artigo surgiu com o intuito de refletirmos sobre o relevante papel do professor do AEE frente ao processo de inclusão escolar de alunos com deficiência na rede municipal de Pombos – PE

2. Metodologia

BREVE DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE POMBOS-PE

Pombos é um município localizado entre a Zona da Mata e o agreste de Pernambuco, sua divisão territorial fica localizada entre os municípios de Vitória de Santo Antão a Leste, Amaraji e Primavera a Sul, Chã Grande e Gravata a Oeste, Passira e Glória do Goitá a Norte. O município apresenta um relevo bastante acidentado e é considerada a terra do abacaxi com uma população de aproximadamente 28.000 habitantes. Na Educação, o município vem alcançando grandes índices de desempenho, pois visa de forma nítida uma Educação baseada na formação humana assim como consta no Plano Nacional de Educação PNL do município (POMBOS, 2015, p.17)



A Educação em tempo integral tem como objetivo a ampliação das atividades escolares. O conceito de Educação em tempo integral, tem a formação humana como princípio, com um currículo de Educação Básica centrada no tempo, no espaço e no contexto em que o sujeito aprende a construir e reconstruir a sua identidade.

O município, com o intuito de ampliar e melhorar a cada dia mais a qualidade da Educação, de um contingente de quase 2.354 estudantes matriculados na rede municipal de ensino no início do ano letivo de 2021 (POMBOS, 2015). Mesmo diante de um quadro crítico de Pandemia, o qual o mundo todo enfrentou, não diminuiu os índices de matrículas e rematrículas em comparação aos anos anteriores, e veio ao longo dos anos efetivando programas que auxiliam o aprimoramento dessa educação, dentre eles a Educação Inclusiva que busca assegurar um processo educacional para todos, independente de suas limitações cognitivas ou físicas.

Diante do objetivo do estudo, que é refletir sobre o papel do professor especialista no AEE, buscou-se, também, observar por meio da oferta de atendimentos remotos as contribuições positivas frente ao processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular durante a COVID 19. Diante de tais questões, foi desenvolvido um estudo de cunho qualitativo, baseado em pesquisas bibliográficas e observação da atuação dos profissionais do AEE, por meio da oferta de atendimentos presenciais e remotos aos alunos matriculados na única sala de recursos da rede municipal de Pombos PE.

Estes estudos foram fundamentados em documentos que versam sobre o AEE como a coleção do Ministério da Educação Especial, PNE e Plano Municipal de Educação decênio - 2015 - 2025, (POMBOS, 2015) desta rede municipal, com o intuito de fortalecer as práticas inclusivas no ensino regular e na sala de Recursos Multifuncional.

3. Fundamentação Teórica

A trajetória da Educação Inclusiva no Brasil teve um marco bastante significativo com a atual política nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva que teve início em 2008 e que foi bastante fortalecida com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (MEC, 2001), pois trouxeram novas metas para a Educação Especial na perspectiva inclusiva, passando a incluir todos os alunos de salas especiais em salas de aula regular e como suporte a esses alunos os mesmos passariam a contar com o apoio de forma complementar e suplementar no contraturno do ensino regular com o Atendimento Educacional Especializado — AEE, preferencialmente nas redes públicas de ensino (BRASIL 2008).

O termo AEE vem sendo usado no Brasil desde 1988 por meio da nossa Constituição Federal — CF (BRASIL, 1988) — em seu artigo 208, inciso III, que proclama como sendo um dever do estado dentre tantos outros objetivos assegurar esse atendimento aos estudantes com deficiência, trabalho que



seria ofertado de forma transversal a todos as modalidades de ensino, tendo como objetivos principais identificar, elaborar e organizar recursos e serviços de acessibilidade que pudessem assegurar aos alunos com deficiência o desempenho de suas habilidades.

De acordo com Resolução nº4, AEE deve ser

realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2009, p.2).

Sendo assim, o AEE emerge como uma forma de assegurar que as instituições educacionais atendam às peculiaridades de cada aluno, como também garante que as mesmas disponham de espaços adequados e adaptados como as Salas de Recursos Multifuncionais. Esses espaços são destinados à oferta desse atendimento em escolas públicas. Na ausência desses espaços os atendimentos poderão serem ofertados em centros de atendimentos ou espaços pedagógicos que disponibilizem profissionais especializados e equipamentos necessários às intervenções junto ao estudante com deficiência.

Nesta perspectiva, com aspectos definidos sobre o AEE e o seu espaço de oferta. É de suma importância a distinção do público-alvo da educação inclusiva que são: alunos diagnosticados com transtornos do espectro autista = TEA, Transtorno do Desenvolvimento Intelectual = TDI, Deficiência Múltipla = DM, Deficiência Física = DF, Deficiências Sensoriais DS e alunos com altas habilidades e superdotação AH/SD que estejam devidamente matriculados na rede regular de ensino (BRASIL, 2009, p. 2). Com este público definido, e os avanços proporcionados nessa área por meio das políticas públicas inclusivas, estabeleceram-se novas metas e ganhos no que diz respeito ao acesso e a permanência deste alunado no AEE. Porém o novo viés da Educação Inclusiva traz um enorme desafio para o AEE, que visa desmistificar aquela visão errônea de que esse atendimento é o mesmo que reforço escolar, visão ainda vivenciada atualmente de forma equivocada por alguns profissionais que remetem esse trabalho a práticas segregacionistas.

Diante da definição do quadro dos alunos que têm direito ao AEE e qual o objetivo deste atendimento para o desempenho das habilidades específicas desses discentes, traremos a partir de então a importância do profissional especialista que atua com esta modalidade de ensino, tanto para a oferta do AEE ao estudante quanto para o apoio ao ensino regular e à família. Cientes da promulgação em 2008, por meio do lançamento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva — PNEEI (BRASIL 2008) que, representou avanços na luta das Pessoas com Deficiência - PcD devido às garantias ali presentes que estabeleceram parâmetros articulatórios diante do desejo de garantia de uma educação para todos. No entanto, ainda sentimos uma confusão em relação à compreensão sobre qual a função do profissional do AEE nas redes



municipais de ensino e muitos gestores, coordenadores, supervisores e professores levam este atendimento a um patamar descontextualizado.

Diante de tais questões, é visível a necessidade de podermos discutir em âmbito nacional e municipal essa temática fortalecendo e definindo o perfil deste profissional frente às redes de ensino. Onde as Diretrizes Operacionais da Educação Inclusiva para o AEE apresentam-nos a formação deste profissional pautada em habilitação específica que lhe atribua condições de trabalho nas áreas da deficiência do aluno o qual irá atender, ou seja, é necessária formação específica em educação inclusiva e áreas afins além é claro da então formação continuada.

“Diante de tais questões, é visível a necessidade de podermos discutir em âmbito nacional e municipal essa temática fortalecendo e definindo o perfil deste profissional frente às redes de ensino.”

Eliane Lima

Assim de acordo com o CNE/CEB 2009 são atribuições do professor do AEE:

- I – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

No entanto, nós, profissionais especialistas do AEE, acreditamos que as barreiras estão afixadas nos espaços e nas pessoas que cercam o educando e não no próprio aluno. Nesta perspectiva, buscamos sanar dúvidas junto à rede regular de ensino sobre o processo de inclusão de estudantes com deficiência e articular ações inclusivas junto a todo o corpo docente da escola, no entanto, acabamos esbarrando em barreiras atitudinais de profissionais que atuam na gestão educacional da rede, e que deveriam facilitar o processo, mas que caminham por caminhos opostos. Sendo assim, diante desta contramão que enfrentamos todos os dias no chão da escola, uma saída seria a promoção da formação continuada e consultorias educacionais que viessem expor reflexões acerca da “EDUCAÇÃO INCLUSIVA” o que torna-se primordial.



Uma escola que atenda às necessidades de todos indiscriminadamente tornou-se uma emergência, sendo necessário minimizar a discriminação e o preconceito, pois cada um tem o direito de ter o seu espaço e esse direito educacional é reforçado pela Lei 9394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira, que situa no cap. V, art.58, que a educação especial deve ser “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais” e no art.59, que os sistemas de ensino assegurarão a tais “educandos” currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades” (RIBEIRO:ANDRÉ. 2018, p. 3)

Considerando este enfoque, além da importância da formação continuada reforçamos nossas falas anteriores, onde expomos a extrema relevância do professor do AEE no processo de inclusão, pois é evidente a necessidade do desenvolvimento de atividades que atinjam os estilos de aprendizagem de todos os estudantes, mediante a garantia de uma proposta curricular que o Desenho Universal para a Aprendizagem – DUA já nos apresentava desde a década de 90 quando um grupo de professores da universidade de Harvard pensaram em uma abordagem pedagógica que favorecesse as demandas curriculares em sala de aula. Assim, o professor especialista deve estar preparado para estabelecer e adequar o processo de inclusão nos espaços educacionais, fornecendo a esse alunado, de forma clara e objetiva, o desempenho de habilidades necessárias ao seu aprimoramento intelectual, social e efetivando. Grifo minha fala particular (Mesmo diante da indiferença que muitos coordenadores, supervisores e gestores atribuem sobre nos especialistas é preciso que tenhamos pulso firme diante deste processo e que não deixemos esmorecer o nosso trabalho diante da falta de empatia que alguns profissionais atribuem a prática do profissional especialista em Educação Especial em seu próprio espaço de atuação, ou seja, o espaço escola).

Para Sasaki (1997, p. 41), inclusão é

Um processo pelo o qual a sociedade se adapta para pode incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir e trocar, entender, respeitar, valorizar lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

4. Resultados e Discussão

A Perspectiva em volta do AEE da rede municipal de Pombos-PE visa elevar a eficácia desta proposta de educação para todos, mesmo diante de dificuldades que pleiteiam o âmbito educacional como um todo. No entanto, a nossa filosofia possibilita a construção de equidade de condições de aprendizagem para todos, objetivando e oportunizando um espaço democrático que acolha e



garanta a permanência de seus estudantes nos espaços educacionais, sem distinção social, cultural, étnica, de gênero ou em razão de deficiência e características pessoais.

Sendo assim, diante das observações realizadas com um dos profissionais do AEE desta rede municipal, pudemos refletir sobre todas as dificuldades enfrentadas pelo mesmo para assegurar tais atendimentos principalmente durante o período de atendimentos remotos. Reflexões que nos levam a confrontar a teoria com a prática e nos permite entender que, infelizmente, é preciso mais incentivo por parte do poder público para a garantia de um AEE de fato pautado nas necessidades do discente visto que, diante de tais observações, todos os materiais usufruídos pela profissional foram confeccionados pela mesma. Seria de suma importância para as práticas efetivas das Salas de Recursos Multifuncionais que os órgãos municipais e estaduais promovessem ações pontuais por meio da efetivação de uma coordenação única e exclusiva para o trabalho com esses seus profissionais e conseqüentemente com os estudantes, que assim viesse a fomentar em toda as escolas desta rede uma conscientização em massa sobre EDUCAÇÃO E INCLUSÃO de pessoas com deficiência.

Diante da necessidade de uma conscientização geral sobre as práticas pedagógicas dos profissionais do AEE e da importância das salas de recursos para a garantia de uma inclusão de fato, justifica-se o presente projeto, pois esta busca externar a extrema importância do esclarecimento acerca do que se trata o Atendimento Educacional Especializado e qual a função do profissional especialista frente ao processo de inclusão de discentes com deficiência nesta rede municipal.

Nesta perspectiva, também objetivamos, enquanto profissionais do AEE, assegurar aos professores da educação básica (Educação infantil, Fundamental I e II e EJA) da rede municipal uma reflexão acerca da garantia à educação inclusiva humanizada, acolhedora e flexibilizada, pautada na diversidade da sala de aula, que possa ofertar ao nosso público um currículo unificado, mas que respeite o ritmo de aprendizagem de cada indivíduo, promovendo ações efetivas que garantam o desenvolvimento intelectual, social, afetivo, emocional e moral dos nossos alunos típicos ou atípicos de forma consciente e humanizadora.

5. Considerações Finais

Assim concluímos que, o AEE é de suma importância para os alunos com deficiências e que, mesmo durante a persistência da COVID 19, seus direitos foram assegurados por meio do ensino remoto e da parceria contínua entre profissionais e famílias, que visaram estimular e motivar a aquisição de novos conhecimentos ao aprendiz, propiciando-lhes ambientes agradáveis e atrativo sejam remotamente ou nas Salas de Recursos Multifuncionais. Sabe-se que o AEE é um serviço novo que visa atribuir condições para o aluno com deficiência alcançar os seus próprios objetivos, trabalho que efetivado de forma coerente na escola poderá trazer inúmeros benefícios ao processo de inclusão escolar.



Por meio das práticas presenciais ou remotas no AEE, os estudantes mencionados oportunizaram e experimentaram a aquisição de atividades significativas ao seu processo de aquisição, descobrindo e explorando momentos de interação, exercendo os seus pensamentos de forma livre diante dos estímulos recebidos. A partir dessa troca efetiva e prazerosa, o profissional do AEE pode proporcionar aos seus alunos uma interação mútua com o demais, instigando-o a aprender nesse novo espaço de socialização que são as Salas de Recursos Multifuncionais.

Por fim, foi abordado como prioridade neste trabalho as reflexões sobre o professor especialista da Sala de Recursos Multifuncionais como um agente promotor da inclusão e assim, buscar por meio do Atendimento Educacional Especializado expandir os desejos de um dia não mais falarmos de “INCLUSÃO” pois a escola por si só será fortalecida mediante estas bases. Profissionais que, visam construir o conhecimento de forma enriquecedora e humanizada por meio de práticas metodológicas que promovam a inclusão de “TODOS” os estudantes com deficiência nas Salas de Recursos Multifuncionais do nosso País.

6. Referências

BRASIL. **O Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncional**. disponível em: <<https://www.ufpe.br/documents>>. Acesso em: 23, mar. 2024.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, Salamanca-Espanha.:1994.

_____. Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Especial. p. 1 - 4, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 19, fev. 2024.

EDUCAÇÃO INFANTIL. Movimento Down. Disponível em: <https://www.movimentodown.org.br/2013/02/educacao-infantil/>. Acesso em 16, fev. 2024.

FÉLIX, Amanda Flaviane; SANTOS, Ane Graciele Lopes dos; ASFORA, Rafaella. As habilidades sociais de estudantes com transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. p. 1-23, 2017. Disponível em <<https://www.ufpe.br/documents>>. Acesso em: 20 de Jan. 2024

FASTER CENTRO DE REFERÊNCIA. Roma Antiga e as Pessoas com Deficiência Disponível em https://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 27, jan. 2024.

HARAMI, lamara; LIMA, Irene Machado de. O desenvolvimento das habilidades do aluno com deficiência intelectual. in: Boas Práticas na perspectiva da Educação Especial Inclusiva. Volume I - p. 1-5, 2015. disponível em:



http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/BoasPraticas/DESENVOLVHABILIDADEALUNODEFICIENCIAINTELECTUAL.pdf. Acesso em 28, jan. 2024.

INSTITUTO INTART. Figura. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/wp-content/uploads/2020/05/cz>. Acesso em 20, fev. 2024.

Instituto Rodrigo Mendes. Atendimento Educacional Especializado (AEE): Pressupostos e desafios. V Instituto Rodrigo Mendes Site externo e DIVERSA. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/atendimento-educacional-especializado-pressupostos-desafios/>. Acesso em 25, jan. 2024.

LIMA, Eliane Maria dos Santos. O Professor de Sala de Recursos Multifuncional e o Atendimento Educacional Especializado In: **Sala de Recursos Revista**, vol.2, n.2, p. 83 – 94, mai. – agos. 2021. Disponível em: saladerecursos.com.br. Acesso em 30, jan.2024

_____. Lei 5.692, de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília 12 de ago. 1971. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília,: Senado Federal, 1988.

_____. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília,31 dez.1996 _____. Prefeitura Municipal de Pombos. Lei nº 869/2015. Institui o Plano Municipal de Educação. Decênio – 2015 – 2025.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC, 2008.

POKER, Rosimas Bortolini, et al. Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 4 - 184, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/367878685> Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado. Acesso em 15. Jan. 2024

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP Inclusão: Revista da Educação Especial, v.4, n.1, jan/jun, 2008.

_____. Política Nacional de Educação Especial. Série Livro. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Política Nacional de Educação Especial. Série Livro. Brasília: MEC/SEESP, 1994.



SASSAKI, R. K. As escolas inclusivas na opinião mundial. Disponível em: http://www.viverconsciente.com.br/exibe_artigo.asp?codigo=75&codigo_categoria=13. Acesso em: 20 jan. 2024

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 176 p. SER Social. Trabalho e Previdência. Brasília: v. 19, n. 40, janeiro a junho de 2017. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social**. Departamento de Serviço Social/UnB. <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/1207/124>. Acesso em: 27, jan. 2024